

HABEAS CORPUS Nº 537.901 - PR (2019/0300359-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : FERNANDO BOBERG
ADVOGADO : FERNANDO BOBERG - PR028212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : IGOR SILVA ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de IGOR SILVA ALVES, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná.

O paciente foi condenado a pena de 4 anos e 4 meses de reclusão, em regime semiaberto como incurso, por duas vezes, no art. 155, § 4º, II, do Código Penal, tendo a decisão transitado em julgado, dia 19/10/2015, para a defesa.

O impetrante alega, em síntese, excesso de prazo para a julgamento da revisão criminal, uma vez que *faz 8 (oito) meses em que o PACIENTE espera do julgamento da Revisão Criminal* (fl. 5).

Requer, por isso, que *seja concedida a LIMINAR DE ORDEM determinando o julgamento celere da Revisão Criminal pelo ao [sic] Tribunal de Justiça do Paraná*. (fl. 4) e no mérito a ratificação da liminar deferida.

Na origem, a Revisão Criminal nº 0005602-87.2019.8.16.0000 encontra-se conclusa ao relator desde 3/7/2019, tendo ocorrido redistribuição por sucessão em 5/6/2019, conforme se extrai do *site* do TJPR, em 7/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa o reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo para julgamento da Revisão Criminal, feito que se encontra pendente de julgamento há cerca de 8 meses.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

